

Do conceito de história em Alfredo Pimenta

Caminhando para o termo da vida, como expressamente escrevia («sinto que me aproximo do fim da carreira»), ocupou-se Pimenta de fixar o seu entendimento de História. E, em conclusão de considerações que adiante examinaremos, formulou o asserto de que «a História só é sciencia, quando se limita a verificar dados, e a concatena-los» (1). Exemplificava, aliás, com a prática própria: «é nos meos *Subsidios para a Historia de Portugal*, em grande parte dos *Estudos Historicos*, e neste livro da Idade-Média, que eu sou inflexivelmente fiel á doutrina» (2).

Desde logo se poderá dizer — e talvez não falte quem apresadadamente o faça — que semelhante conceito é insuficiente, reduzindo a História a pouco mais de uma analística crítica. Ou então que somente quando os factos estão verificados e concatenados é que verdadeiramente começa a elaboração histórica, além de muitas vezes apenas ser possível coligir dados que se torna indispensável construir. Não será inadequado, todavia, à pretensão de julgar o asserto que formulou preferir a diligência de o entender, procurando seguir a argumentação concluída como ficou visto.

«A minha actividade intellectual iniciou-se no campo da Philosophia e da Abstracção» (3). «Foi a desillusão das Philosophias, foi a insolvencia philosophica da Sciencia que me fizeram historia-dor» (4). «Se a realidade do mundo physico a deformam os meios de observação, e a Sciencia que a tem por objecto é viciada por elles, que havemos de dizer da realidade do mundo social, objecto da Historia?» (5). «A Historia é a descripção ou narração dos phenomenos do mundo social — seja qual fôr o sector que se tome

(1) Cf. *Idade-Média (Problemas & Soluçoens)*, Lx. 1946, p. XV. Respeitamos a grafia do autor.

(2) Id., *ibid.*

(3) Id., p. IX.

(4) Id., *ibid.*

(5) Id., p. XII

para campo a narrar ou descrever» (6). «Se nessa descrição ou narração, incluímos elementos de juízo valorativo, seremos simultaneamente philosophos, homens de Sciencia, crentes, artistas, etc.» (7).

Podemos, momentaneamente, suspender as citações; os tópicos referenciados bastam para esboçar uma caminhada intelectual no sentido da realidade — mais ainda, da *positividade*. Acompanhada (ou talvez antes orientada) pelo reconhecimento de insuficiências e/ou tentações «o meio de observação do mundo social é o nosso espírito — com todas as suas imperfeições, deficiências, vícios, incongruências e caprichos, como instrumento subjectivo que é» (8). Há, portanto, que desconfiar de quanto seja susceptível de transformar-nos em «cumplices dos phenomenos descritos ou narrados» (9), vigiando cuidadosamente a fria demarcação que nos pode manter à margem das áreas de perturbação.

Temos, assim, uma exigência de rigor como razão para eliminar quanto exceda o descritivo ou narrativo, embora haja de observar-se que também a narração e a descrição estão sujeitas aos riscos da subjectividade. Não escasseiam, com efeito, as demonstrações de que, mesmo sem qualquer intenção, segundo a óptica do observador, os fenómenos a narrar ou descrever adquirem diferentes matizes, que podem chegar à produção de resultados tendencialmente antagónicos. Aqui, no entanto, outra circunstância pode ser aduzida por Pimenta em benefício do seu ponto de vista: «A Historia não verifica directamente os phenomenos do mundo social; verifica-os, atravez do Documento, na sua multipla variedade — pergaminhos ou moedas, sellos ou edificios, inscripções ou contractos, etc.» (10).

Por outras palavras, mesmo o narrar ou descrever têm uma acepção limitada: do que se trata é da rigorosa subordinação ao documento, notando sem a mínima transigência os factos por ele apresentados. Não, evidentemente, que ele por si faça fé, pois o princípio do rigor impõe submetê-lo à mais acurada crítica, como de resto a prática de Pimenta exuberantemente patenteia. Mas porque, em vencendo essa prova, o documento é tudo quanto permite

(6) Id., *ibid.*

(7) Id., *ibid.*

(8) Id., *ibid.*

(9) Id., *ibid.*

(10) Id., p. XIII

verificar os fenómenos estudados e, por conseguinte, é liminarmente ilegítimo de qualquer modo o ultrapassar.

«A Historia interpreta o Documento, quer dizer, julga a sua authenticidade, o seu valor, como documento; mas não interpreta os phenomenos do mundo social, porque a interpretação é a tradução pelo *presente*, complexo de forças e attitudes actuais, do *passado*, complexo de forças e attitudes inactuais.

«Quando a Historia cai nessa interpretação deixa de o ser, e chama-se Philosophia da Historia. E então, como toda a Philosophia, é devaneio, capricho, romance» (11).

E mais: «Por muito que desafie a curiosidade dos homens a tentação do *porquê*, a Historia deve limitar-se a dizer-nos o *como* dos factos. Se o que caracteriza a Sciencia é a *objectividade*, a *impessoalidade*, a Historia é ou não sciencia, segundo a dose de objectividade ou impessoalidade que revelar. (...) Se é possível á Historia ser sciencia, não o será nem a história pragmatica, nem a historia genetica ou evolutiva, mas apenas a historia narrativa» (12).

Poderemos, por esta forma, atingir o entendimento do passado? Na estrita óptica de Pimenta, a questão é irrelevante, e configura mesmo uma tendência para o «devaneio, capricho, romance» que o historiador tem de vencer. Aquilo que nos é permitido pelo rigor é o conhecimento dos factos que a peneira da crítica documental apurou. E a fronteira desse conhecimento situa-se na ligação dos factos, na sua concatenação conforme dos mesmos resulte. A narrativa é isso, e nada mais que isso: «Os textos — são a Historia. Nada mais do que elles. Não passar àllém delles; não ficar àquem delles» (13).

Parecerá, sem dúvida, que se trata de extrema limitação, e tanto maior quanto Pimenta recusa mesmo a possibilidade de adornos que mitiguem a secura da exposição factual — «fazer litteratura á sua custa é falsificá-la» — pois de construção que tente iluminá-la já vimos o que pensava. Tendencialmente, o ideal será reerguer a analística, praticando-a com o apoio de todo o instrumental crítico, pois mesmo a ligação dos factos é já uma concessão ao aprazimento dos leitores:

«Já escrevi, e não me furto a repeti-lo, que a simples e nua inventariação dos acontecimentos é o limite para que tende a His-

(11) Id., *ibid.*

(12) Id., *ibid.*

(13) Id., p. XIV

toria verdadeiramente científica. Para se evitar a aridez e a monotonia que isso comporta, adoptou-se o processo da concatenação dos factos. Mas é indispensável trazer-la ausente de todo o lirismo ou embelezamento, para que se não caia na suggestão ou sedução incompatíveis com a sciencia» (14).

À sua própria obra, aliás, faz Pimenta esta exigência de rigor e isso o orienta a escrever que, «embora nos meus *Elementos de Historia de Portugal* e no *D. João III*, houvesse mostrado bem vincada a minha maneira de ser, esses trabalhos não podiam deixar de obedecer a uma attitude, e de reflectir o proposito de reacção, e, até certo ponto, de reabilitação que me inspirou» (15). Ou seja, e chegamos ao ponto por onde iniciámos este exame, aqueles seus escritos de algum modo, ou em certa parcela, representariam actos de infidelidade «á doutrina de que a Historia só é sciencia quando se limita a verificar factos, e a concatena-los».

Do nosso ponto de vista e com ressalva de mais autorizado parecer, o caso dos *Elementos* está aqui a mais, pelo projecto a que obedeceu, não podemos vê-lo como trabalho de índole estritamente científica. Não se trata, como é óbvio, de fazer qualquer apreciação sobre a obra, mas de reconhecer que um manual e um trabalho de investigação têm de cumprir destinos diversos. Por muito que diligenciasse colocar o estudante na presença do apuramento dos factos, assim o iniciando no método, havia requisitos específicos a preencher que não autorizavam uma composição inteiramente livre — na dimensão como nos tópicos, nas estruturas como na forma.

Quanto ao *D. João III*, a questão posta é diversa: sobrar-lhe-iam as adjacências impostas pela necessidade de fazer «emergir a figura dum extraordinario Rei, do pantano nauseabundo em que o tinham afogado paixoes desvairadas, preconceitos de partido, incomprehensoens lastimaveis» (16). Parecerá útil, no entanto, distinguir dois planos — por um lado o do ímpeto polémico, que pode ser havido por deslocado; por outro o do rigor metodológico subjacente à construção. Discutir agora o primeiro obrigar-nos-ia a entrar no vastíssimo campo das sucessivas *revisões*, o que seria fora de propósito; de qualquer modo, o que na obra existe de substancial constitui aquisição pacífica da ciência histórica.

(14) Id., p. p. XIII-XIV

(15) Id., pp. XIV-XV

(16) Id., p. XV

Encontrar-nos-emos perante uma diligência ascética do intrépido lutador, em ordem a tocar a matéria histórica liberto de quanto pudesse de algum modo perturbar-lhe a inteireza. Afigura-se de entender que sim: «As minhas crenças religiosas, as minhas convicções políticas, a minha posição philosophica, tudo isso abandonei á entrada deste livro. Nas suas paginas, quiz fazer apenas sciencia pura» (17). Que sempre o tivesse conseguido é já coisa diversa. Basta ler o estudo sobre *A crise de 1383-1385* (pp. 295-315) para concluir que, mau grado todos os esforços, a interpretação dada depende da *forma mentis* peculiar.

Afigura-se, aliás, que outra coisa seria impossível: no caso evocado, os documentos aduzidos — mesmo limitando-nos, como Pimenta, ao plano da história política — são insuficientes para a conclusão. O conceito desenvolvido no texto que temos vindo a analisar bloqueava o entendimento do «facto» (*latu sensu*), só viável em termos do que, na sua terminologia, é «Philosophia da Historia». Por outras palavras, trata-se de um conceito inibitório, em cujo rigor o estudioso fica condenado ao «devaneio, capricho, romance» quando efectivamente procure conhecer os «phenomenos do mundo social».

Ora, ressalvados certos excessos de um temperamento polémico, o labor histórico de Pimenta não parece reconhecível sob tais qualificativos: pelo contrário, mesmo com as limitações que se têm de considerar, é sólido. Seria por certo excessivo que proporciona uma vidência global das questões contempladas, mas essa é já uma questão alheia ao objectivo desta nota. Sinteticamente, o problema que se põe é, em síntese, o dos fundamentos e motivações de um conceito de História que o próprio deve transgredir quando procura elaborá-la.

Pelo exposto, não parece particularmente árdua a verificação de um equívoco de base: Pimenta chama História à Erudição, amalgamando História e Filosofia da História na sua suspicácia. Admitir-se-á que pela necessidade de enfrentar um condicionalismo em que o discurso aliteratado figurava como expressão mais relevante de pretensa ciência histórica, diminuindo ou colocando na sombra o labor paciente e pertinaz dos autênticos investigadores. Mas isso não pode impedir o reconhecimento de que, em última análise, assim procedendo acabava por condenar o seu próprio trabalho:

(17) Id., *ibid.*

de um modo genérico, a parcela mais duradoura do mesmo está no que menos pode atrair o leitor corrente.

Este, colhido, por exemplo, entre a análise da «palavra *Hispania* nos documentos medievais» (18), ou da «conquista de Coimbra por Fernando Magno» (19), e algum repto literário que lhe relatasse o mesmo com ligeireza de pena e vivacidade de cores, naturalmente optaria pelo segundo termo da alternativa. Ou então a leitura, sobretudo, seria solicitada pelos artigos críticos, menos pela substância que pela possibilidade de apreciar em acção o fulgor do polemista. De qualquer dos modos, aliás, colocando entre parênteses o que tem de mais valioso ou correndo mesmo o risco de fornecer da História uma imagem propiciatória de desafeição.

Porque, salvo o devido respeito por mais autorizados avisos, a obra histórica de Pimenta que verdadeiramente importa não é para a generalidade dos leitores, seja qual for a conjuntura. Na melhor linhagem dos grandes eruditos portugueses, o trabalho de Pimenta destina-se aos iniciados, àqueles que procuram alicerces sólidos, materiais aparelhados e ferramenta bem temperada para prosseguirem o labor. E talvez fosse recomendável que, ao invés de insistir no que necessariamente o mostrará limitado, se procedesse à recolha e manifestação do fruto das suas canseiras de erudito.

Propôs um dia Pimenta, sem êxito, a reedição dos trabalhos de João Pedro Ribeiro (20); sem veleidades de qualquer paralelo, tão absurdo quão ridículo, atrevemo-nos a observar que a seu respeito cabe dizer o mesmo. Uma vez esclarecido e assente que, pois de ciência histórica falamos, importa muito a substância e carecem de interesse as quesílias conjunturais, cuja eliminação estará plenamente justificada. Ainda quanto a isto, aliás, de acordo com a orientação pelo próprio sustentada relativamente a edições que veicularam para a permanência atritos e birras de mesquinhos afrontamentos (21).

Fernando Jamins Pereira

(18) Id., pp. 21-61

(19) Cf. *Subsídios para a História de Portugal (Textos & Juízos Críticos)* Lx. 1937. pp. 1-25.

(20) Cf. *Na Academia Portuguesa da História*, s-1, 1946, p. 24

(21) Cf. *A Propósito de António Sardinha*, Lx. 1944, pp. 15-17